

Inflação acumulada em doze meses pode voltar para a casa de um dígito

Economistas do Grupo Consultivo Macroeconômico projetam outra deflação para o IPCA em agosto

Após a divulgação do resultado do **IPCA** de julho, que apresentou **deflação** de 0,68%, nosso [Grupo Consultivo Macroeconômico](#) revisou as projeções da **inflação** para agosto e setembro: de acordo com os economistas, a expectativa é de uma outra deflação de 0,23% neste mês, com elevação de 0,46% em setembro. Caso as projeções se confirmem, o IPCA poderá chegar em agosto a uma inflação acumulada de 8,87% em doze meses (em julho está em 10,07%), voltando para a casa de um dígito, o que não acontecia desde setembro do ano passado.

Para Marcelo Cidade, nosso economista, os resultados refletem as desonerações fiscais anunciadas pelo governo federal para conter os preços administrados, sobretudo dos combustíveis e da energia elétrica, e os efeitos defasados do ciclo de alta de juros, que podem estar impactando a atividade e os seus preços. “Mesmo com a redução da inflação acumulada em doze meses, o cenário ainda é desafiador pela combinação de incertezas no mercado doméstico e externo, o que deve manter os juros em patamares altos por mais tempo”, afirma Cidade.

Tokenização de ativos e novos instrumentos financeiros são temas de estudos de finanças descentralizadas

Materiais foram apresentados em workshop e serão base para criação de nossa agenda institucional de finanças descentralizadas

Os projetos de **tokenização de ativos e valores mobiliários** no Brasil e no mundo buscam destravar ou criar novos mercados onde o formato tradicional não funciona. Esse foi um dos principais achados dos estudos realizados como parte de nosso projeto de finanças descentralizadas e que foram apresentados para as lideranças de nossos fóruns e comissões na última quinta-feira, 4. Além da tokenização, os mais de 50 presentes puderam se aprofundar também no ecossistema cripto brasileiro e nos novos instrumentos financeiros que surgem com o uso da tecnologia DLT (Distributed Ledger Technology).



Os estudos – que serão divulgados em breve – foram realizados em parceria com a consultoria Accenture. Durante a abertura do evento, Patrícia Herculano, superintendente de Representação Institucional, destacou que finanças descentralizadas é uma das prioridades estratégicas da ANBIMA, e que esse trabalho é a segunda etapa do projeto que vai definir a nossa estratégia de atuação para o tema. O objetivo foi aprofundar em temas transversais e coletar insumos para criação da agenda. A primeira etapa deste trabalho foi [apresentada em junho](#), com foco na avaliação de tendências e impacto sobre o mercado de capitais.

[+ Tokenização de ativos: conheça conceitos e casos de uso dessa tecnologia](#)

[+ Conexão DeFi: assine nossa newsletter sobre finanças descentralizadas](#)

A tokenização de ativos é a transformação de ativos “físicos” em ativos digitais, ou seja, a representação digital de instrumentos financeiros tradicionais. O estudo apresentado no evento partiu da avaliação de projetos de tokenização em todo o mundo e de discussões com especialistas do mercado brasileiro. Segundo Ricardo Heidel, sócio do Accenture, os projetos de tokenização precisam resolver alguma ineficiência específica do sistema tradicional para conseguirem apoio do mercado e do regulador. “Para ser bem-sucedido, o projeto deve atacar dores reais e não focar apenas em substituir tecnologias”, explica. Com isso em mente, foram identificadas oportunidades para diversos ativos do mercado brasileiro. Para FIDCs, CCBs e cotas de fundos fechados, por exemplo, a tokenização ampliaria o acesso e viabilizaria um mercado secundário. Durante o evento, membros do mercado também discutiram o tema e as implicações da tokenização e do uso da tecnologia DLT no mercado de capitais.



A segunda parte do encontro foi destinada a apresentação do estudo sobre o ecossistema da criptoeconomia, os novos instrumentos financeiros, passando pelo perfil do investidor. O estudo mostrou que 295 milhões de pessoas ao redor do mundo detêm cerca de US\$ 900 bilhões em criptoativos. Para desenvolvimento deste mercado, a indefinição regulatória foi considerada o principal ponto de preocupação. No Brasil, as discussões do Projeto de Lei 4401, em tramitação no Congresso, devem trazer avanços, mas há baixa previsibilidade sobre os desdobramentos futuros.

[+ Vídeo: blockchain no mercado de capitais - experimentos brasileiros](#)

[+ Impactos e aspectos regulatórios dominam debate sobre finanças descentralizadas](#)

No exterior, a Iosco (Organização Internacional das Comissões de Valores Mobiliários) divulgou [plano de trabalho](#) para tratamento do tema, com foco em proteção ao investidor e integridade do mercado, criando dois grupos: **criptoativos e ativos digitais** e **finanças descentralizadas**. Patrícia Menandro, consultora da ANBIMA, destacou que a [declaração do FSB](#) (Financial Stability Board) sobre regulação internacional e supervisão de criptoativos foi um importante avanço recente, e que os organismos internacionais têm manifestado o posicionamento principiológico de “mesmo risco, mesma atividade, mesmo tratamento”. Segundo ela, “a agenda da ANBIMA está bem alinhada com o que vem acontecendo lá fora, inclusive em questão de timing”.

Ambos os estudos serão divulgados em breve, assim como uma página aqui no Portal ANBIMA reunindo todo o conteúdo que produzimos sobre finanças descentralizadas.



Fonte: [Anbima](#), em 10.08.2022.